

Despacho

N.º 88/XIII/PCM/2022

ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL - DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS

A dimensão das atribuições municipais legalmente cometidas aos municípios pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, acarreta a necessidade de adoção de soluções idóneas a granjear maior eficiência na gestão autárquica, reforçando a sua celeridade, dinamismo e eficácia.

Conforme decorre do n.º 1 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no exercício das suas funções, o Presidente da Câmara é coadjuvado pelos vereadores, podendo-lhes delegar ou subdelegar competências.

Considerando que, compete ao Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto pelo n.º 4 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, escolher os vereadores a tempo inteiro, fixar as suas funções e determinar o regime do respetivo exercício.

Considerando que é desiderato municipal a prossecução do interesse público, almejando uma agilização dos processos decisórios, acompanhado pela imperiosa e necessária desburocratização e modernização dos serviços municipais.

Atendendo à atual estrutura orgânica municipal, aprovada pela Câmara Municipal da Moita em reunião de 21/04/2022, e pela Assembleia Municipal em sessão de 29/04/2022, publicada no Diário da República, II Série, nº 96, de 18.05.2022;

Considerando que a atribuição de pelouros pelos vereadores visa concretizar princípios de desconcentração administrativa tendentes à melhoria dos procedimentos numa lógica de eficácia, transparência e eficiência da administração municipal, obtendo-se uma melhor gestão autárquica, alicerçada em melhorar os desígnios do interesse público e a satisfação das necessidades dos munícipes.

Nestes termos, ao abrigo do disposto pelo n.º 1 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e pelo n.º 4 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, determino atribuir aos vereadores em regime de permanência e a tempo inteiro a gestão das áreas abaixo elencadas, identificando, também, as áreas que reservo para mim:

1 – Presidente da Câmara Municipal da Moita, Carlos Edgar Rodrigues Albino

Gabinete de Apoio à Presidência

Gabinete Municipal de Proteção Civil

Serviço de Apoio aos Órgãos Municipais

Gabinete de Qualidade e Auditoria

Gabinete de Informação, Relações Públicas e Protocolo

Divisão de Obras Estudos e Projetos

Divisão de Águas e Saneamento

Divisão de Manutenção de Equipamentos e Instalações Municipais

Divisão de Gestão Territorial e Ambiente

Divisão de Inovação e Modernização Administrativa

2- Vereadora e Vice-Presidente, Sara Daniela Rodrigues e Silva

Divisão de Gestão Financeira

Divisão de Logística e Gestão Patrimonial

Divisão de Cultura, Património e História Local

Divisão de Resíduos e Ambiente Urbano

Divisão de Estratégia

3 - Vereador António Carlos Pedrosa Pereira

Gabinete do Associativismo e Coesão Territorial

Divisão de Desenvolvimento Educativo

Divisão de Desporto e Juventude

Gabinete de Intervenção Social, Saúde e Habitação;

- Serviço de Desenvolvimento Social, Capacitação e Igualdade

4 - Vereadora Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa

Gabinete Veterinário Municipal

Gabinete de Serviços Jurídicos e Contraordenações

Divisão de Pessoal, Recrutamento e Formação

Gabinete de Espaços Verdes

Gabinete de Intervenção Social, Saúde e Habitação

- Serviço de Promoção da Saúde

- Serviço de Habitação

O presente Despacho produz efeitos imediatos.

Em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determino a publicitação do presente despacho, a promover pelo Departamento de Administração e Recursos Humanos, em Edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada de decisão, bem como no sítio *Internet* do município e no Boletim Municipal.

Moita, 26 de maio de 2022

O Presidente da Câmara Municipal



(Carlos Edgar Rodrigues Albino)